

# A concentração de renda no topo no Brasil, 2006-2014

*Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza e Marcelo Medeiros, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)*

**Nos últimos anos**, o Brasil parecia estar no rumo certo para reduzir seus níveis extremos de desigualdade. Todas as estimativas fundamentadas em pesquisas domiciliares indicavam a mesma direção: o país finalmente vivia um ciclo de crescimento pró-pobre.

No entanto, essas pesquisas têm limitações bem conhecidas, especialmente no que diz respeito à coleta dos rendimentos dos mais ricos. Por isso, as informações do imposto de renda de pessoas físicas são de valor inestimável para o estudo da concentração de renda no topo. Com efeito, estimativas com base nas tabulações publicamente disponíveis jogam nova luz sobre o nível e a evolução da desigualdade de renda no Brasil.

Nossos resultados mostram que a concentração de renda entre os mais ricos é mais elevada que se pensava e pouco mudou entre 2006 e 2014. Enquanto as pesquisas domiciliares indicam que a fração recebida pelo 1 por cento mais rico caiu de 14,8 por cento para 12,9 por cento, nossas estimativas fundamentadas em dados tributários geram percentuais mais altos e estáveis: 22,4 por cento tanto no início quanto no fim do período. Esse fato se aplica à fração dos 10 por cento mais ricos: as pesquisas domiciliares mostram uma queda de 4,8 pontos percentuais (p.p.), de 49,4 por cento para 44,5 por cento, mas nossos resultados são bem mais pessimistas, indicando uma redução modesta de 0,7 p.p., de 50,3 por cento para 49,6 por cento.

Nossas estimativas são compatíveis com esforços anteriores e robustas a diferentes escolhas metodológicas. Lucros e rendimentos financeiros parecem explicar a divergência de níveis, enquanto os ganhos de capital são a explicação mais provável para a divergência de tendências.

A estabilidade da concentração de renda no topo no Brasil é preocupante porque os níveis são muito altos para padrões internacionais. A fração recebida pelo 1 por cento mais rico é, em média, só 12 por cento em uma seleção de 29 países com estimativas tributárias recentes. Ainda que comparações internacionais sejam sempre imperfeitas e a amostra seja enviesada em prol de países mais ricos, o Brasil é claramente um ponto fora da curva. Somos um entre apenas cinco países – com a África do Sul, Argentina, Colômbia e Estados Unidos – em que o 1 por cento mais rico recebe mais de 15 por cento da renda total.

Não é possível estimar o coeficiente de Gini exclusivamente a partir dos dados tributários porque apenas cerca de 20 por cento da população adulta preenche a declaração anual de renda no Brasil. Por essa razão, a melhor alternativa é combinar dados tributários e de pesquisas domiciliares, aproveitando as vantagens de cada fonte, ou seja, usando os dados do imposto de renda para os mais ricos e as pesquisas domiciliares para o resto da distribuição. Com isso, podemos estimar medidas sintéticas de desigualdade para a distribuição de renda entre indivíduos na população adulta.

A escolha do ponto de junção entre as duas fontes de dados afeta os resultados. Nossa série preferida usa os valores absolutos dos rendimentos nas pesquisas domiciliares até os percentis 85 ou 90, recorrendo, a partir daí, às interpolações das tabulações do imposto de renda. Nessa série, a queda de 8 por cento do Gini observada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) reduz-se a um recuo modesto de 1 por cento. Mais ainda, a redução do Gini torna-se bem mais tímida mesmo quando a junção entre distribuições ocorre apenas no percentil 99 (4 por cento).



A análise mais detalhada dos resultados mostra que houve de fato alguma redistribuição entre os três quintos intermediários da distribuição de renda, mas a estabilidade nos extremos minimizou seus efeitos. Como a renda é muito concentrada no topo, o resultado líquido foi uma queda muito menos pronunciada da desigualdade que a sugerida pela PNAD.

Em resumo, as pesquisas domiciliares parecem subestimar o nível da desigualdade e superestimar as mudanças recentes.

*Referência:*

SOUZA, P. H. G.; MEDEIROS, M. "The Concentration of Income at the Top in Brazil, 2006-2014". *Working Paper*, n. 163. Brasília: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), 2017.